

Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a educação: contribuição dos movimentos sociais para a formação docente

Luciane Ribeiro Dias Gonçalves¹, Dulcinéia Gabriela Medeiros Santos²

Resumo

Este trabalho resulta das atividades desenvolvidas na disciplina Movimentos Sociais, do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (FACIP/UFU). As atividades provocaram o encontro entre discentes e os diversos movimentos sociais da cidade de Ituiutaba-MG. Focaremos, aqui, especialmente, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que surgem por meio da Igreja Católica, inicialmente, no Chile, chegando até o Brasil. Em Ituiutaba as CEBs se reafirmam na década de 1970. O nosso objetivo foi compreender as ações dos movimentos sociais relacionados à educação e até que ponto esta atuação influenciaria a formação docente. O trabalho foi desenvolvido na perspectiva de pesquisa historiográfica, servindo-se de fontes orais e escritas. Os dados de fontes orais foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro participantes da referida comunidade. Percebe-se que as CEBs muito contribuíram para a formação da consciência crítica das pessoas. O acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas CEBs demonstrou a importância da luta pela cidadania e que esta luta passa pelo processo educacional feito de forma coletiva.

Palavras-chave

CEBs. Movimentos Sociais. Formação Docente.

1. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, professora do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, desenvolve trabalhos relacionados à pesquisa e à extensão e voltados à implementação da lei 10.639/03 e à educação das relações étnico-raciais, milita no movimento negro por meio da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares e do curso pré-vestibular para negros/as e carentes (PREVESTI). E-mail: luribeiro_mg@yahoo.com.br.

2. Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: dulcineiagabriela@hotmail.com.

Basic Ecclesial Communities (CEBs) and the education: the contribution of social movements for teacher training

Luciane Ribeiro Dias Gonçalves*, Dulcinéia Gabriela Medeiros Santos**

Abstract

This work is a result from the activities developed at Social Movements discipline, of Pedagogy Graduation Course at Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (FACIP/UFU). The activities led to a meeting between students and the various social movements at Ituiutaba City-MG. Here, especially the basic ecclesial communities (CEBs) which arises through the Catholic Church, initially in Chile, reaching up to the Brazil. In Ituiutaba, she reaffirms in the 1970. Our goal was to understand the actions of social movements related to education, and to what extent this work would influence the teaching training. The work was developed in historiographical research perspective, using written and oral sources. The oral source data were collected by means of semi-structured interviews with three participants of that community. It is noticed that the CEBs greatly contributed in the formation of the critical conscience of the people, to the point that the same join fighting instruments and search for better days for all. The follow-up of the activities carried out by CEBs has demonstrated the importance of the struggle for citizenship and that this fight goes through the educational process done collectively.

Keywords

CEBs. Social Movements. Teacher Training.

* Doctor in Education at the State University of Campinas, Pedagogy graduation professor at the Faculty Integrated Sciences of Pontal at the Federal University of Uberlândia, developing papers related to research and extension focused to the implementation of law 10.639/03 and etnical-racial relations education, service in the black movement through Municipal Foundation Zumbi dos Palmares and pre-vestibular course for black and needy people (PREVESTI). E-mail: luribeiro_mg@yahoo.com.br.

** Graduated in Pedagogy at the Faculty Integrated Sciences of Pontal at the Federal University of Uberlândia. E-mail: dulcineiagabriela@hotmail.com.

Introdução

Este trabalho resulta das atividades desenvolvidas na disciplina Movimentos Sociais, do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (FACIP/UFU), que provocaram o encontro entre discentes e os diversos movimentos sociais organizados da cidade de Ituiutaba-MG. Discutimos a atuação, as ações, as demandas e as conquistas de vários movimentos sociais da cidade.

A metodologia da disciplina está subdividida em partes que se complementam. Inicialmente, foram realizados estudos teóricos na forma de seminários sobre a conceituação, o histórico e as formas de atuação de alguns movimentos brasileiros. Posteriormente, foram discutidos os tipos de abordagem e a coleta de dados como estratégia metodológica de pesquisa. Logo em seguida, fizemos visitas aos diversos movimentos sociais da cidade, onde realizamos entrevistas com seus representantes. Retornando à sala de aula, usamos das rodas de conversa, a fim de que cada grupo pudesse relatar as descobertas sobre os movimentos pesquisados. Dessas ações, resultou uma série de CDs, que registraram diversos aspectos dos movimentos sociais ituiutabanos.

Neste texto, focaremos, especialmente, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que surgem por meio da Igreja Católica, inicialmente no Chile, chegando até o Brasil. Em Ituiutaba, o conceito de CEBs se reafirma na década de 1970. Certamente não foi o mesmo grupo iniciado no Chile que se instalou em Ituiutaba, mas os

mesmos pressupostos, a mesma metodologia, os mesmos princípios foram adotados por pessoas da localidade e por outros grupos em toda a América Latina. Os encontros eram espaços onde se fazia uma relação das leituras bíblicas com as ações sociais e a luta contra a opressão.

Como dito, as CEBs eram ligadas à Igreja Católica e tinham como finalidade o conhecimento como instrumento de libertação. Ao tomarmos as CEBs como objeto de estudo, especificamente a de Ituiutaba, veremos que estamos diante de um movimento que contribuiu para a formação dos sujeitos inseridos em suas comunidades.

O nosso objetivo foi compreender até que ponto esse movimento influenciou no modo de vida dos seus participantes e se o mesmo poderia contribuir para a formação docente.

O trabalho foi desenvolvido na perspectiva de pesquisa historiográfica, servindo-se de fontes orais e escritas. Os dados orais foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro participantes da comunidade pesquisada.

CEBs: histórico e atuação na comunidade

No período compreendido entre 1960 e 1964, surge, no Brasil, uma série de movimentos voltados para a educação e a cultura popular. Alguns deles, como a União Nacional dos Estudantes (UNE)³, os Centros Populares de Cultura (CPC)⁴, os Movimentos de Cultura

3. A UNE foi criada em 11 de agosto de 1937 com o objetivo de discutir temas sociais e políticos (GOHN, 2001).

4. O CPC era a expressão dos princípios que norteavam a chamada “vanguarda popular revolucionária” no campo da cultura. Propunha-se a ser o órgão cultural das massas, preconizando que o artista tinha o dever de abandonar seu próprio mundo, valores e padrões para adotar os que não eram os seus, precisando educar-se para ser o porta-voz dos interesses reais de uma comunidade (GOHN, 2001).

5. O MCP teve um papel importante como dinamizador da área cultural, com grande influência em outros movimentos sociais e em programas de educação popular (GOHN, 2001).

6. O MEB foi institucionalizado em 21 de março de 1961, no governo Jânio Quadros (Decreto 50370) (CUNHA; GÓES, 2002).

Popular (MCP)⁵ e o Movimento de Educação de Base (MEB)⁶ apresentavam divergências de pensamento entre si. Contudo, segundo Gohn (2001), todos tinham afinidade estabelecida no ponto convergente: tomar o conhecimento como instrumento de emancipação política.

Mas a expressão que mais marcou a época foi a criação da Ação Popular (AP)⁷. A AP era composta por um grupo de pessoas ligadas à ideologia da Igreja Católica Progressista⁸, que objetivava alfabetizar e conscientizar politicamente as camadas populares. Para Saviani,

A ação popular é a expressão de uma geração que manifesta, na ação revolucionária, as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio de nossa realidade e como consequência da análise realista do processo social brasileiro na hora histórica em que vivemos (SAVIANI, 2008, p. 339).

Naquele momento, em que a sociedade brasileira era pressionada pelas relações decorrentes do capitalismo, a Ação Popular foi mobilizada e grupos católicos – Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Agrária Católica (JAC)⁹ – lançaram programas de alfabetização de adultos, buscando preparar a população para trabalhos mais bem remunerados.

Em 1963, acontece o advento da Teologia da Libertação, que surge, principalmente, como uma reação moral à pobreza causada pela

injustiça social. O movimento é composto por três tendências: a primeira dá ênfase, à luz da fé, à análise da pobreza e a sua superação; a segunda, focada na visão bíblica, aproxima-a da realidade dentro da visão teológica; a terceira importa-se mais com a religiosidade popular e seus aspectos de resistência e libertação.

Apesar da diferença de centralidade das tendências, a Teologia da Libertação tem como posicionamento religioso e social romper com o aprisionamento da população.

Em meados dos anos 1960, a cidade de Ituiutaba possuía uma única paróquia. Como a cidade crescia, os padres da época viram a necessidade de desmembrá-la em duas novas: Paróquia de São José e Paróquia de Nossa Senhora D'Abadia.

No contexto do advento da Teologia da Libertação, chegam à cidade dois padres irlandeses que se instalam na recém-inaugurada Paróquia de Nossa Senhora D'Abadia, cumprindo uma prática comum nessa época, qual seja,

o deslocamento físico e mental de um sem-número de religiosos que deixaram o centro para buscar as periferias e aí compartilhar a fé, o sofrimento e a vida do povo oprimido (BOFF, 2004, p. 24).

O contexto histórico-social brasileiro provocou vários atores sociais, inclusive a Igreja Católica:

7. A AP foi criada a partir da ação de políticos, sindicalistas, estudantes secundaristas e universitários e do movimento de cristãos progressistas ligados à Ação Católica. Foi um movimento inspirado em ideias humanistas de Jacques Maritain, Teilhard de Chardin, Mounier e do Padre Lebreton. Em seu "Documento Base" (1963), a AP se define pela luta por uma sociedade justa, condenando o capitalismo (GOHN, 2001).

8. A Igreja Católica Progressista é um conjunto de organizações e indivíduos inspirados pela Teologia da Libertação e engajados em realizar mudanças profundas na Igreja Católica e na sociedade. Ao contrário do que aconteceu em outros países latino-americanos, no Brasil, a Igreja Católica Progressista esteve e está presente em todos os níveis da Igreja. Entre os progressistas encontram-se cardeais, bispos e padres, além de ordens e congregações (LEVY, 2009).

9. JUC - Movimento religioso Católico que desenvolveu ao longo dos anos 50 e 60 uma série de ações junto ao meio estudantil universitário e secundarista, objetivando organizá-los para participarem da vida política nacional, à luz dos ensinamentos do Evangelho. Baseados no humanismo cristão de alguns filósofos, como Jacques Maritain. Vários estudantes da JUC desse período tornaram-se lideranças políticas nacionais posteriormente. Já a JOC e a JAC os influenciadores eram outros (GOHN, 2001).

[...] acudados pela conjuntura política do país, vários militantes de lutas sociais no Brasil nos anos 60 e 70, aliados a novos parceiros, sem tradição associativista anterior, iniciaram várias frentes de articulações, fundaram organizações, lideraram movimentos, apoiaram-se em estruturas tradicionais que estavam se renovando em parte, como a igreja Católica, e foram à luta (GOHN, 2001, p. 202).

Como se percebe, nesse período houve várias mobilizações, não só de religiosos, mas de muitas outras pessoas que saíam de seu conforto para lutar por um ideal de vida. Nesse prisma, a Igreja Nossa Senhora D'Abadia, por meio dos dois padres irlandeses, acolheu a proposta da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e fez a opção preferencial pelos pobres. Assim, as ações desta igreja objetivaram incentivar o povo a lutar e se organizar em união, livrar-se do medo e despertar para enxergar a necessidade de se libertarem da opressão.

As CEBs surgem em Ituiutaba-MG, na década de 1970, com o apoio desses mesmos padres, mais precisamente nas comunidades que pertenciam a Paróquia de Nossa Senhora D'Abadia e tinham como ação educativa conscientizar as pessoas de seus direitos.

Segundo um dos entrevistados:

[...] desde o surgimento do movimento, eu sou participante, inclusive uma das pessoas que ajudou a formar, fundar as Comunidades Eclesiais de Base aqui em Ituiutaba e também na própria região; isso nos leva de volta lá pelos anos 70, e o movimento foi mais ativo principalmente nos anos 70 e nos anos 80 (Entrevistado A).

A comunidade era composta por pessoas humildes, em sua maioria moradora da zona periférica da cidade, sendo a maior parte analfabeta. Contudo, o saber destas pessoas era considerado conhecimento pelos participantes do movimento. Gramsci (1995) afirma que todo homem é intelectual,

mas nem todos têm função de intelectual orgânico, já que para sê-lo ele precisa usar dos seus conhecimentos para transformar. Assim, todo grupo vai formar seus próprios

[...] intelectuais, que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1995, p. 7). Muitas vezes esse tipo de intelectual não é alfabetizado, mas tem clara a consciência política transformadora.

A comunidade contava também com alguns participantes moradores da parte central da cidade que possuíam formação acadêmica – professores, padres, bancários, escriturários e pequenos comerciantes – que se agregavam à luta, pois reconheciam que todos tinham o direito a sua cultura, de viver dignamente e, por isso, faziam suas denúncias, usando a arma que tinham: o direito de vez e voz e de lutarem por espaços de qualidade de vida.

As CEBs “representam a prática da libertação popular e a teologia da libertação, a teoria dessa prática” (BOFF, 2004, p.145), o que nos sugere que um não vive sem o outro, pois “toda práxis contém dentro de si sua teoria correspondente” (BOFF, 2004, p. 154). A prática das CEBs pautava-se principalmente nas roças, cooperativas, farmácias comunitárias, nos mutirões para construção de casas e nas atividades do campo.

Todo este trabalho suscitou uma sociedade alternativa, em que a teoria (teologia) ilumina a prática. Assim, a Teologia da Libertação defende uma educação popular que valoriza o saber do povo. É uma educação que conscientiza, dignifica o oprimido, que o liberta da ignorância.

Um dos entrevistados em nossa pesquisa relembra que:

Com as reuniões e reflexões fomos descobrindo os dons de cada um e colocamos a serviço da comunidade. Aprendemos a

criticar também tudo que estava errado dentro e fora da comunidade. Tentávamos consertar os erros, mas lá fora ainda receosos do SNI, as críticas eram feitas aos opressores de forma mais sutil, através de um canto, de uma reunião, de passeatas etc. Todos os participantes da comunidade tinham voz e vez nas decisões, todos davam sua opinião, ninguém ficava calado, questionavam, criticavam, apoiavam, contrariavam tudo a fim de encontrar uma solução, para o bem da comunidade (Entrevistado A).

O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi um órgão que tinha como objetivo informar ao governo brasileiro sobre tudo o que estava acontecendo no Brasil, o que justifica que os participantes das CEBs da cidade de Ituiutaba usassem de estratégias (canto, passeatas, reuniões) para mostrar sua insatisfação diante da realidade, sem sofrer repressão. Percebe-se também que as decisões do grupo eram tomadas coletivamente –“todos tinham voz e vez nas decisões”–apesar de o grupo haver divergências.

Segundo seus adeptos, a comunidade procurava viver no coletivo a partilha e o mutirão. São vários os exemplos que podemos citar: a construção de casas para aqueles que não tinham ou a reforma daquelas que precisavam ser consertadas; plantações de alimentos na “rocinha comunitária” e partilha com aqueles que precisavam; o ensino sobre hortas caseiras para suprir necessidades alimentares; a partilha do pouco que se tinha com aqueles que nada tinham.

Especificamente sobre as hortas comunitárias, agrônomos auxiliavam os membros da comunidade no plantio, trazendo sementes para serem doadas. Os padres contribuíam fazendo a relação do texto bíblico com o momento vivido e mostrando como encontrar o equilíbrio na natureza para se viver melhor. As mulheres faziam e ensinavam a fazer as farinhas alternativas para as crianças desnutridas, compartilhando saberes com os que necessitavam.

Nem tudo, porém, era tranquilo. Havia os momentos de conflitos entre os membros da comunidade, de divergências de opiniões, de necessidades materiais, e isso se torna visível quando um dos entrevistados comenta sobre a participação nos encontros nacionais. Segundo ele, um membro era escolhido pela comunidade para participar desses encontros e trazer novidades para o grupo. As viagens eram penosas – passava-se fome, frio e sede, já que as condições financeiras eram precárias –, mas necessárias. Da participação nos encontros nacionais e que eram trazidas cartilhas para as comunidades, a fim de serem estudadas com todos os participantes.

O conteúdo dessas cartilhas era basicamente composto por assuntos que denunciavam a opressão à classe popular e possibilitava a conscientização dos integrantes do grupo de que eram sujeitos de direitos também.

Sempre que possível era a própria comunidade que elaborava os livros de cantos e de novenas, com material de baixa qualidade, mas com importantes temas relacionados ao contexto vivido. Havia também os momentos de descontração, quando se reuniam para celebrar festas de religiosidade popular que estavam desaparecendo, como as festas juninas, fogueiras, quadrilha, quentões, pipocas, a folia de Santos Reis, Santa Luzia, entre outras.

Em um primeiro momento, as reuniões eram feitas uma vez por semana na casa dos participantes. Com o crescimento do grupo foi preciso desmembrá-lo. Assim surgiram novos grupos, novas lideranças, o que nos faz lembrar que Gramsci (1995) tinha razão quando dizia que uma das tarefas desses intelectuais é trabalhar para que eles nasçam diretamente desse grupo, a fim de se constituírem sua base.

Quando era necessário reunir todos os grupos para decidir por algum acontecimento maior, as reuniões aconteciam no salão das irmãs. Nos grupos, os encontros se baseavam na leitura da Bíblia e nas reflexões que

relacionavam à leitura com a realidade vivida:

[...] a partir dessa leitura diferenciada que as Comunidades Eclesiais de Base faz do evangelho, eles começaram a perceber as mensagens sociais de uma sociedade mais justa, de uma sociedade mais fraterna, de uma sociedade onde todo mundo podia participar dos produtos (Entrevistado A).

Segundo Boff (2004), nessas comunidades todos tinham liberdade de expressar aquilo que quisessem: falavam tanto pessoas que tinham uma formação acadêmica como aquelas que tinham seu conhecimento baseado em vivências, como velhos, crianças, sem teto, famintos, que, na sua humildade, davam seu testemunho de vida.

Quando perguntamos que benefícios as CEBs trouxeram à cidade de Ituiutaba, o Entrevistado A disse:

A primeira coisa, a principal foi a roça comunitária, a fundação do PT (Partido dos Trabalhadores) e toda a participação do pessoal no movimento social, que entrou nas ocupações de terras que surgiram depois. Muitas pessoas dizem que a primeira ocupação de terra que aconteceu no Triângulo Mineiro foi a partir das Comunidades Eclesiais de Base aqui em Ituiutaba, depois disso surgiu ocupações em Iturama e em outras partes do Triângulo né, acho que esse foi um dos fatos, acho que no momento é o que estou lembrando (Entrevistado A).

Toda contribuição das CEBs à cidade nos leva a pensar que o movimento popular possibilita ao sujeito uma educação informal, na qual a pessoa passa a ter uma visão mais ampla da sua realidade e adquire conhecimentos além dos seus, conhecimentos esses não restritos apenas à educação formal, que, muitas vezes, nos leva apenas ao ato de aprender a ler e a escrever.

Quando indagamos um dos entrevistados sobre a consciência política que a comunidade tinha, ele nos disse:

Uma coisa que ninguém tira da gente é a capacidade de pensa. Uma vez que a gente aprende a pensar, nunca mais pára, são frases repetidas constantemente pelos adeptos. As CEBs ajudava as pessoas a começar a pensar por si. O evangelho ensina que o mundo querido por Deus é um mundo em que o que tem nele é de todos, e quando não é, é porque alguns estão roubando dos demais. A fé confirmava que Deus está do lado do pobre. A vivência comunitária transmitia a confiança na força inquebrantável da ação em grupo, foi essa a consciência política do pessoal. Era uma fé-política que superava barreiras levando pessoas a ser militantes (Entrevistado C).

Percebemos que a comunidade podia até não ter uma consciência política partidária, mas possuía uma bandeira de luta, um ideal no qual acreditava: de juntos serem capazes de superar as dificuldades. Demonstrava pela palavra uma capacidade muito grande de assimilar a importância da união do grupo e de sempre conscientizar os adeptos de que ninguém tem o direito de sobressair-se em detrimento de outros, uma consciência que levava seus integrantes à transformação.

Percebemos, também, que a metodologia usada por estes adeptos era a repetição. Segundo Gramsci (1995), essa é também uma das tarefas dos intelectuais orgânicos: nunca cansar de repetir as mesmas razões e modificar constantemente a sua argumentação.

Um dos entrevistados nos contou que muitos deles foram perseguidos. A este respeito Gohn (2001) argumenta que:

O período de 1964-74 corresponde à fase de grande repressão na sociedade brasileira, imposta pelo regime militar. Mas, a despeito do grande controle social e político, das prisões, torturas e perseguições, ocorreram várias lutas de resistência e movimentos de protesto no país. Este período foi também de grande efervescência do movimento da esquerda no país (GOHN, 2001, p. 103).

Entendemos que, mesmo diante de repressão, nesse período muitas pessoas não desistiram de lutar e se aliavam a esses movimentos que lutavam pela democracia. Embora na cidade de Ituiutaba não haja registro de nenhum desaparecimento, muitos foram perseguidos. Os entrevistados nos contaram que, em muitas reuniões ou mesmo em manifestações, os agentes federais sempre estavam presentes, inibindo, perseguindo a comunidade.

As pessoas que participavam de algum movimento eram vistas, muitas vezes,

[...] como sendo comunista, e comunista era antieclesial, então, a própria Igreja Católica fazia parte do grupo de apoio para a ditadura militar, as Comunidades de Base eram ligadas mais diretamente com as classes mais populares, com o povo mais pobre; a Teologia da Libertação queria ver o mundo, a realidade toda, a partir do ponto de vista do oprimido e não do opressor, iniciando toda essa preocupação e esse pensar a partir do ponto de vista do oprimido, então teve uma outra visão da própria realidade. Então, o que motivou o surgimento foi a opressão, a não participação do povo e uma mudança no pensar da Igreja Católica que queria estar ao lado do pessoal, do povo mais pobre, e isso foi depois do Concílio do Vaticano segundo, que terminou em 1966, foi naquela época que a Igreja começou uma revirada muito grande (Entrevistado A).

Com o fim da Ditadura Militar, as Comunidades Eclesiais de Base acabam se degradando e o sentido de emancipação vai se distanciando cada vez mais. De acordo com Leher (2007), o que os motivavam era a força que os levavam a lutar para que todos tivessem uma vida diferente. A fraqueza é a estratégia que os grupos hegemônicos usam para enfraquecer esses grupos de lutadores. Tentam incutir a ideia de que não se têm condição de sobressair e valem-se do assistencialismo proporcionado por algumas ONGs, comprometidas com o Neoliberalismo, como política de compensação,

o que não resolve o problema. Servem-se ainda, do imediatismo sem durabilidade na tentativa de enfraquecer o princípio dessa educação, já que, nos dias atuais, quase não existem mais pessoas engajadas nas lutas (militantes) que buscam essa força.

Um dos entrevistados nos disse que as CEBs “ensinavam a pescar o peixe”, o que nos leva a pensar que não trabalhavam com a política de compensação, mas ensinavam a cada um a obter conquistas com o suor de seu trabalho.

Movimentos sociais, CEBs e educação: importância do debate para a formação docente

De acordo com Leher (2007), quando a escola não assume o papel transformador, não possibilita ao indivíduo sair da sua condição de oprimido para se emancipar. Segundo o autor, a educação não escolar, encontrada nos movimentos sociais, assume a postura formadora, numa perspectiva de conscientizar e contribuir para que o sujeito liberte-se das garras da opressão em um trabalho humanizador, que tem como componente a coletividade. Portanto, é preciso que, nos espaços escolares, encontrem-se profissionais com olhar sensível ao conhecimento produzido nos diversos movimentos. Precisamos do/da

[...] educador(a) popular e/ou do educador(a) social engajado(a), o qual, hoje, não necessariamente um(a) ativista ou militante, mas alguém que – com ou sem formação acadêmica – aproxima-se mais do perfil do(a) professor(a) ou, em alguns casos do(a) instrutor(a), que, orientado por um projeto maior, constitui um(a) entre o(a)s outro(a)s membros de um grupo de trabalho que ganha “ares” de atuação/intervenção técnica. Em geral, a formação deste(a)s educadore(a)s ocorre em serviço, mas, em vez de estar assentada na práxis – no sentido marxista – constitui uma formação na qual existe a presença de orientadore(a)s/coordenadore(a)s desempenhando a função de fazer refletir –

de fora – sobre uma prática com o propósito de capacitar o(a) educador(a) para o trabalho social (MOURA; ZUCHETTI, 2006, p. 232).

Vê-se que, segundo os autores citados, se percebe a falta que os educadores na sua formação acadêmica têm em relação a uma disciplina que os capacitem a fim de que seu conhecimento proporcione às pessoas, por meio de debates, reflexões e pesquisas, uma visão crítica de mundo, com vistas a intervir na sua realidade, com o objetivo de mudança.

As ações realizadas pelos adeptos do regime militar e a própria elite do país se encarregaram de provocar a eliminação das militâncias políticas de esquerda no Brasil quando, segundo Leher (2007), disseminaram que o coletivo não existe. Um discurso que incentivou o individualismo, que impediu de olhar para o passado, enfatizando que o importante é o presente, pois as lutas populares foram compreendidas como uma ameaça ao governo, porque a classe unida na coletividade tem poder, e a conscientização é uma arma.

A educação popular tenta neutralizar essas contradições, motivando as lutas contra esse conformismo, por isso que com

ausência de condições subjetivas e objetivas de “formação” da classe, não há como avançar nas estratégias e na disputa hegemônica¹⁰ e, por conseguinte, na elaboração da educação popular como parte da estratégia da luta de classes (LEHER, 2007, p. 21).

Sem formação torna-se difícil prosseguir. Se não tivermos consciência da nossa condição não iremos adiante, pois dificilmente entre nós existe militância. Perdemos essa característica, e só será possível restituí-la se obtivermos uma formação que nos dê respaldo para que isso ocorra.

10. Hegemonia - Processo lento e complexo de luta pelo poder político nas sociedades complexas, Gramsci chama de disputa pela hegemonia. Tanto as classes dominantes quanto as dominadas se organizam em blocos, e cada uma delas conta com seus próprios intelectuais, cujas idéias competem entre si na tentativa de organizar a cultura de uma dada época conforme seus interesses (GRAMSCI, 1995).

Considerações Finais

Percebe-se que as CEBs muito contribuíram na formação da consciência crítica das pessoas, a ponto de as mesmas aderirem a instrumentos de luta, a fim de alcançarem dias melhores para todos.

Se, hoje, na cidade de Ituiutaba, existe um partido atrelado às causas populares e dos trabalhadores foi graças às pessoas que eram participantes dessa comunidade e não tiveram receio de serem punidas pelo conservadorismo da Igreja e dos governantes.

Vimos a importância que devemos dar aos movimentos populares, pois no contexto aqui apresentado, e ainda hoje, foram de extrema valia à formação integral das pessoas. Diante dos movimentos populares, fomos capazes de perceber que, para haver de fato uma verdadeira formação do sujeito, é preciso que os dois segmentos da educação – a formal e a informal – andem juntos, ou seja, que se estabeleça a relação entre os mesmos.

Foram de extrema importância os debates sobre os movimentos populares para a nossa formação docente, pois suscitaram em nós a curiosidade que nos leva a prosseguir em nossas pesquisas, e bem sabemos que são as pesquisas que não deixam calar os momentos históricos tão preciosos e que nos ensinam tanto, já que adquirimos conhecimentos sobre os mesmos, muitas vezes silenciados.

Por isso, entendemos que é preciso que disciplinas voltadas para a reflexão sobre os diversos movimentos sociais perpassem os ambientes educativos. Tendo conhecimento dos movimentos podemos lutar contra as ideologias que pregam o individualismo, indicando que nada podemos fazer.

Depende também de nós, professores, a formação e a conscientização de pessoas que decidem lutar, mas que necessitam do conhecimento para que possam verdadeiramente contribuir para que todos tenham vida digna.

Deixamos a nossa modesta contribuição à história e acreditamos que instigaremos outros pesquisadores a buscar mais conhecimento

sobre as Comunidades Eclesiais de Base.

Agradecimentos

Agradecemos às pessoas que colaboraram com nossa pesquisa (Entrevistados A, B, C e D), concedendo-nos entrevista nos dias 17 e 18 de julho de 2011.

Referências

BOFF, Leonardo. **Novas fronteiras da Igreja**: o futuro de um povo a caminho. Campinas: Verus Editora, 2004.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. **O golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.

LEHER, Roberto. Educação popular com estratégia política. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; JEZINE, Edineide (Org.). **Educação e movimentos sociais**: novos olhares. Campinas: Editora Alínea, 2007.

LEVY, Charmain. Influência e contribuição: a Igreja Católica Progressista brasileira e o Fórum Social Mundial. **Relig. Soc.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p.177-197, 2009.

MOURA, Eliana; ZUCCHETTI, Dinora Tereza. Explorando outros cenários: educação não escolar e pedagogia social. **Revista Educação Unisinos**, São Leopoldo, p. 232, set./dez. 2006.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

Submetido em 3 de maio de 2012.

Aprovado em 31 de julho de 2012.